

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA – EMESCAM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ARIELE AZEVEDO DA SILVA
LEONARDO BARCELOS VIEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SERVIÇO SOCIAL: espaço em
construção sobre o congo capixaba**

Vitória
2016

ARIELE AZEVEDO DA SILVA
LEONARDO BARCELOS VIEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SERVIÇO SOCIAL: espaço em
construção sobre o congo capixaba**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação
apresentado a Escola Superior de Ciências da Santa Casa
de Misericórdia de Vitória – EMESCAM como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da
Silva.

Vitória

2016

ARIELE AEVEDO DA SILVA
LEONARDO BARCELOS VIEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SERVIÇO SOCIAL: ESPAÇO
EM CONSTRUÇÃO SOBRE O CONGO CAPIXABA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação apresentado a Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 04 de dezembro de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Silvia Moreira Trugilho
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Avaliadora

Ma. Rayany Mathias da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Avaliadora

Dedicamos este trabalho as pessoas que valorizam a diversidade cultural, a Banda de Congo Amores da Lua, que engradem o mundo, com seus sonhos e batuques.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e sabedoria, pois esse lindo sonho foi escrito pelo dedo de Deus, muito obrigada pelo seu infinito amor.

Agradeço aos meus amados pais Adna e Carlos, que são meus exemplos de determinação e luta, muito obrigada por todos os ensinamentos. Aos meus irmãos: Ariane e Carlos Eduardo, e ao primo Joene, pois seus cuidados e dedicações me deram esperança para seguir.

À orientadora Angela M^a Caulyt Santos da Silva por seus ensinamentos e incentivos durante todo período da faculdade, todo aprendizado e carinho serão carregados no coração e levados para vida.

Aos integrantes da Banda de Congo Amores da Lua pelo empenho e companheirismo durante todo processo da pesquisa.

Agradeço ao meu noivo Leonardo, por todo amor, companheirismo, ensinamento e compreensão que tem me dedicado. Que de forma especial me deu força e coragem para realização deste sonho, sou muito grata por estar sempre ao meu lado nos momentos de lutas e glórias. Obrigada por me fazer tão feliz.

A minha eterna Maizinha (vó), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão especial da minha vida, mas sempre será lembrada como exemplo de amor, perseverança e luta, sou muito grata por todos os ensinamentos e valores passados. Saudades eternas!

Muito obrigada!

Ariele Azevedo da Silva

AGRADECIMENTO

Agradeço, antes de tudo e de todos à DEUS, por me dá a vida, segurança e força, sempre ao meu lado, em todos os momentos, mesmo quando não o entendia, ELE me compreendia, OBRIGADO DEUS.

Agradeço aos meus pais Juraci e Reginaldo (in memoriam), pelas lições de vida, amor incomparável, pela correção e por me encorajar. Aos meus irmãos: Luís Marcos, Regina, Leandro, Wagner, Denilton, Edson e Emerson em face dos desafios, sempre me encorajaram a caminhar, agradeço pela paciência, compreensão, amor e incentivos a todo o momento.

Agradeço aos integrantes da Banda de Congo Amores da Lua, bem como ao seu Mestre, pelo comprometimento, confiança e carinho, pelas xícaras de café acompanhado de uma boa conversa.

E agradeço à professora, orientadora e madrinha de casamento Angela Maria Caulyt Santos da Silva por seus ensinamentos, pela dedicação, paciência, e compreensão imprescindível para a realização deste trabalho.

E à minha eterna amiga, companheira e futura esposa Ariele, graças a você, aprendi a viver e sentir a verdadeira alegria ao lado de DEUS e ao seu, reaprendi valores e costumes, ao seu lado, sou muito feliz e forte. Viver ao seu lado é um sonho lindo, obrigado por tudo, meu AMOR!

Muito obrigado

Leonardo Barcelos Vieira

RESUMO

O Estado do Espírito Santo possui diversas manifestações culturais na forma de danças e folguedos populares, dentre elas o Congo, de origem nativa, típico do folclore capixaba, apesar da relevância para a cultura local, observamos a inexistência de políticas culturais que trabalhem a diminuição das relações de exploração/opressão: credo, classe social e etnia/raça. Diante dessa hipótese, a pesquisa refletiu acerca das possibilidades da inserção do Serviço Social nas políticas públicas culturais, através da atuação nos equipamentos socioculturais e na criação de mecanismos e estratégias para salvaguarda do Congo, enquanto patrimônio imaterial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e empírica. Utilizou-se para a coleta dos dados a técnica de entrevista semiestruturada com integrantes da Banda de Congo Amores da Lua, de Santa Marta Vitória-ES, registros em áudio, diário de campo e para verificação dos dados, a técnica de análise de conteúdo. Desse modo, identificamos que o/a assistente social – se utilizando de aparatos normativos legais como código de ética e lei de regulamentação da profissão e de suas capacidades reflexivas – desenvolve ações/mecanismos/estratégias articuladas com poder público, sociedade e grupos tradicionais, possibilitando o acesso dos sujeitos aos direitos culturais e a construção de uma sociedade mais livre e justa.

Palavras-chave: Congo. Cultura Popular. Serviço Social. Direitos Culturais. Políticas Culturais.

ABSTRACT

The State of Espírito Santo has several cultural manifestations in the form of popular dances and folguedos, among them the Congo, of native origin, typical of the folklore of the state of Espírito Santo, despite the relevance to the local culture, we observe the lack of cultural policies that work to reduce the Relations of exploitation / oppression: creed, social class and ethnicity / race. Given this hypothesis, the research reflected on the possibilities of insertion of Social Service into cultural public policies, through action in socio-cultural equipment and in the creation of mechanisms and strategies to safeguard the Congo as intangible heritage. This is a qualitative, bibliographical and empirical research. The technique of content analysis was used to collect data on the technique of semi-structured interview with members of the Band of Congo Amores da Lua, from Santa Marta Vitória -ES, audio records, field diary and for data verification. In this way, we identify that the social worker - using legal normative apparatuses as a code of ethics and law of regulation of the profession and its reflective capacities - develops actions / mechanisms / strategies articulated with public power, society and traditional groups, making possible The access of subjects to cultural rights and the construction of a freer and more just society.

Keywords: Congo. Popular Culture. Social Service. Cultural Rights. Cultural Policies.

Para início de prosas, entoadas, batuques e danças

Na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) é mencionado o acesso aos Direitos Culturais e, no Brasil, eles se encontram devidamente normatizados no Art. 215 da Constituição Federal de 1988. Contudo, a inexistência de políticas culturais e o ínfimo apoio do poder público intensificam o processo de precarização. E, com isso, existe o aumento das relações de exploração e opressão de credo, classe social e etnia/raça, que ferem a liberdade de expressão e diversidade do Congo que, de acordo com Neves (1980), é uma cultura popular típica do Espírito Santo.

Diante dessa problemática, esse texto propõe discutir a relação entre serviço social e direitos culturais e, conseqüentemente, os direitos humanos, porque estes são uma premissa do respeito à dignidade a partir do reconhecimento da identidade cultural dos sujeitos. Somado a isso, o direito cultural é essencial à preservação dos pilares da dignidade humana como: igualdade, integridade física, moral, social, liberdade e solidariedade, ou seja, exercer o direito cultural é praticar a cidadania.

Portanto, o texto reflete acerca das possibilidades da inserção do serviço social nas políticas culturais na cidade de Vitória/ES. Por considerar a atuação dos assistentes sociais nos equipamentos socioculturais públicos e órgãos de gestão de recursos materiais e humanos. Sobretudo este profissional poderá contribuir com o fomento de estratégias e mecanismos em direção a uma política cultural pública, planejada e continuada, sobretudo à salvaguarda¹ do Congo enquanto manifestação cultural popular vinculada ao patrimônio imaterial, tão importante na formação sócio-histórica capixaba².

Os estudos sobre a banda de Congo iniciaram através da nossa inserção no Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), no período de 2014 a 2015, intitulado Banda de Congo Amores da Lua: um bem imaterial capixaba, que fez parte de um

¹ Em 1972, a Unesco criou, com a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, a figura de Patrimônio da Humanidade, e a Lista do Patrimônio Mundial para a inscrição dos bens assim declarados. Composto por ações de apoio à existência dos bens registrados de modo sustentável, pela melhoria das condições sociais e materiais de sua transmissão e reprodução.

² De acordo com a Secretaria da Cultura do Espírito Santo, o termo capixaba na língua Tupi significa roça, roçado e terra limpa para plantação, os nativos intitulavam de capixaba sua plantação de milho e mandioca, posteriormente o termo passou a designar os colonizadores.

grupo de pesquisa que engloba mais dois projetos, são eles: Memórias da EMESCAM e Panela de Barro: um bem imaterial capixaba, ambos coordenados pela Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva. Este grupo teve a participação de estudantes da graduação do curso de Serviço Social bem como, a participação de colaboradoras estudantes do curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM, à qual fazemos referência a Mestranda Rayane Mathias que contribuiu na coleta de dados.

A pesquisa é bibliográfica e empírica de abordagem qualitativa. Optamos pela entrevista semiestruturada como metodologia, registros em áudio e, para verificação dos dados, a técnica de análise de conteúdo com o auxílio do diário de campo, pois há informações que não constam em registros oficiais, mas apenas da interação dos pesquisadores com os depoimentos de vida dos “conquistados” estes foram nomeados ao longo do texto com nomes de instrumentos musicais. De acordo com Delgado (2010, p. 15) compreende a história oral como procedimento metodológico que almeja a construção de fontes e documentos, através de registro de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: “factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais”.

O congo na formação sócio-histórica capixaba

O termo cultura possui diversos significados que variaram a partir dos contextos sociais e intelectual da época. Defendemos, entre as tantas definições conceituais existentes, o conceito que julgamos ser mais completo em concordância com Clifford Geertz em seu livro “A interpretação das Culturas”. A cultura:

[...] é essencialmente semiótica. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989, p. 4).

Desse modo, o Congo é uma manifestação cultural de origens nativas, típico do folclore capixaba. Neves (2011) destaca que os primeiros registros documentados são do padre Antunes de Sequeira, que descreveu em seu livro esboço histórico dos costumes do povo

espírito-santense³ (1893) a forma primitiva do conjunto musical, integrados por nativos Mutuns que habitavam as margens do Rio Doce que "Nas danças acocoram-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos nos peitos e nas coxas" (NEVES, 1980, p. 3).

No ano de 1860, o Imperador Dom Pedro II aportou na província do Espírito Santo e, numa visita à colônia de Reis Magos ou Nova Almeida foi atraído por uma banda de congo que os caboclos formavam em louvor a São Benedito. Ele registrou em seu diário: "Danças de caboclos com as suas cuias de pau de cegos para esfregarem outro pau pelo primeiro" (ROCHA, 1980, p. 125). O instrumental utilizado pelas primitivas "bandas de Congos" em conformidade com Neves (1980) eram compostos por casaca, um tipo de bambu dentado onde corre uma vareta, e por um tambor feito de pau oco, tendo pregado em uma das extremidades um couro. Havia também o som produzido por uma cabaça cheio de caroços de sementes do mato. Esses instrumentais das bandas nativas, mencionados por Neves, permanecem devidamente adaptados.

Assim, as origens das bandas de Congo são descritas por Neves (2011) como um conjunto costumeiro da cultura popular típica das regiões litorâneas e na região metropolitana. Sua origem remete a meados do século XIX, e a cultura popular do Congo está presente nas primeiras manifestações culturais registradas através de documentos e livros que expressam o processo histórico do Espírito Santo.

A Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) registrou no ano de 2014 aproximadamente 70 bandas de Congo em atividade no Espírito Santo, principalmente no litoral. Há bandas na região metropolitana, mas também no interior, em municípios como Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Cariacica, Colatina, Fundão, Guarapari, Ibraçu, João Neiva, Linhares, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, entre outros.

Portanto, o Congo é caracterizado por processos de aprendizagem social existentes nas relações de convivência familiar, laços de afeto, amizades, parentela e, ainda, em grupos comunitários. É uma herança cultural imaterial de característica popular conservada ao longo

³ O esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense do padre Antunes de Sequeira, é umas das obras memorialistas mais reveladoras do rico século XIX no Espírito Santo. Seu autor, nascido em 1832 e ordenado em 1854, escreveu a primeira edição em 1893.

dos anos, ao passo que se vincula a algo criado por um determinado grupo de pessoas que possuem participação ativa nessa criação (SAQUET; SPOSITO, 2009).

Elias (1994) ressalta que cada geração possui características e marcas próprias que determinam fenômenos culturais simbolizando diferentes grupos etários e, como consequência, uma geração inteira, contemplando questões como: história, comportamentos e educação, que se remetem a um forte símbolo intergeracional. Dessa maneira, a intergeracionalidade evidencia-se no intercâmbio entre grupos etários diferentes e na troca que se estabelece entre as gerações, difusão de saberes, na transmissão da memória sócio-histórica e/ou tradições, na perspectiva do fortalecimento dos grupos ou da sociedade.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define o termo patrimônio como bens recebidos por herança familiar e, por extensão, para nomear o legado de uma geração a outra, no âmbito da família e dos grupos sociais, dos Estados nacionais e mesmo da humanidade, não apenas no sentido restrito material, mas no sentido de bens culturais de natureza imaterial⁴. A ideia de transmissão ao longo do tempo é, portanto, característico da noção de patrimônio, definido por uma riqueza que deve ser valorizado “[...] não apenas por seus detentores, mas também pelas comunidades de algum modo relacionadas a esses bens, que temos o dever de transmitir às próximas gerações” (IPHAN, 2012, p.15).

A Constituição de 1988, em seu artigo 216, refere-se à noção ampliada do conceito de patrimônio material e imaterial: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais etc., sendo:

[...] constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2006, p. 4).

Em consonância com Constituição de 1988 e com vistas à defesa e preservação do Congo, o Conselho Estadual de Cultura (CEC) aprovou o registro do Congo como patrimônio imaterial

⁴ Na política voltada à preservação do patrimônio cultural no Brasil, a constituição do patrimônio etnográfico: material e imaterial remonta ao ano de 1936, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1936, e posteriormente, o registro pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

do Estado. A solenidade foi oficializada no dia 20 de novembro de 2014 pelo então governador José Renato Casagrande, em cerimônia no Palácio Anchieta, sede do governo. Posteriormente, em 06 de maio de 2015, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) ratificou o registro por meio da Lei 10.363/2015 com a publicação no Diário Oficial. São exemplos: sabores, os saberes, não apenas as edificações históricas, os sítios de pedra, mas patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente, ou seja, o intangível, o imaterial (IPHAN, 2008).

A Banda de Congo Amores da Lua: 70 anos de resistência

A Banda de Congo Amores da Lua iniciou suas atividades no dia 30 de março de 1945, no antigo bairro do Mulembá, atualmente conhecido pelo nome de Santa Marta, localizado em Vitória. A iniciativa de formar a banda partiu do senhor Alarico Azevedo e sua esposa, dona Cecília Rosa Azevedo. Com o falecimento do Mestre Alarico, seu genro, o Mestre Reginaldo Barbosa Salles, assumiu a banda junto com sua esposa, Sr.^a Maria de Lourdes de Azevedo Salles. O Mestre Reginaldo passou o comando da banda a seu filho, Mestre Rui Barbosa Salles, mas por aconselhamento médico não poderia assumir tal responsabilidade. Dessa maneira, Ricardo Sales, filho do Mestre Rui, se torna o presidente e mestre da Banda de Congo Amores da Lua (DIÁRIO DE CAMPO⁵, 28/03/2015).

Os festejos e apresentações da Banda de Congo Amores da Lua, bem como do Ticumbi e Folia de Reis, ocorrem no ciclo natalino, em homenagem aos santos e padroeiros, no período de 08 de dezembro (Nossa Senhora da Conceição) a 20 de janeiro (São Sebastião). Conforme Neves (2011), as manifestações culturais do congo datam a partir dos primeiros anos do século XX, as "entoadas de Congo" como são denominadas às canções como: “AMORES DA LUA JÁ VEIO”, “IAIA VOCÊ VAI A PENHA” e “TEM AREIA LÁ NO MAR”, gravadas no ano de 1995 do CD comemorativo do cinquentenário da Banda de Congo Amores da Lua e simbolizam o mar, o amor e, às vezes, a morte. A Banda se apresentou em vários estados do país, e em 2010 participou do festival Batuque Musique em Dunquerque, na França. Os

⁵ Os dados foram recolhidos através de entrevistas e principalmente pelos diários de campo elaborados pelos estudantes, pois há informações que não constam em registros oficiais, apenas nos depoimentos de vida dos conguistas.

instrumentos musicais – triângulos, tambores, chocalhos, pandeiros e casacas – são utilizados como instrumentos de percussão. O cortejo é guiado pelo mestre ao som de um apito, as cores características da banda são o azul e o branco, sendo composta por mulheres e homens com funções definidas: a rainha e as princesas empunham o estandarte com a imagem do padroeiro e, com as demais, cantam/dançam. E os homens cantam/tocam, e ainda há presença de crianças e adolescentes.

Afirma Delgado (2010, p. 38), “a memória atualiza passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente”. Desse modo, a memória – base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas – é elemento constitutivo do auto reconhecimento como pessoa e/ou como membro familiar, da comunidade ou de uma nação, inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e do entrecruzamento de tempos múltiplos.

Assim, esse conjunto vivo de relações sociais, culturais, valores e simbolismo historicamente compartilhados entre os sujeitos e a sociedade, é a identidade cultural. Para Saquet e Sposito (2009), este conceito é intenso e complexo, pois é contínuo e a construção de uma identidade pode envolver diversas situações e manifestações, desde a fala (história oral) até a própria ação, possibilitando que os sujeitos possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da sociedade (DANUTA; REIDY, 2014).

Entrelaçado à identidade cultural, percebe-se nos depoimentos dos integrantes da Banda de Congo Amores da Lua valores relacionados ao pertencimento, devoção e fé, laços de amizade e afeto, tradição perpetuada, respeito e reconhecimento da sociedade, onde é recriado espaços de vida e identificação. Dessa forma, o fortalecimento dos bens culturais e afetivos é a busca de refazer a vida em melhores condições, percebidos na história de vida por meio das entrevistas dos conguistas:

[...] uma referência de meus antepassados, que é indígena e africana é algo que faz parte como uma pessoa humana né [...] é como se fosse uma identidade cultural minha, e que eu tenho por dever de defender alguns pré-conceitos que existe perante a ela (informação verbal)⁶.

⁶ Entrevista concedida por TAMBOR, Som do. **Entrevista I**. [abr. 2015]. Entrevistador: Ariele Azevedo da Silva. Vitória, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

E se Deus me colocou no mundo e a fé que eu tenho em Deus e em São Benedito e nossa Senhora, então, para dar seguimento e continuidade porque se eu acho que se eu não existisse a banda não existiria mais (informação verbal)⁷.

[...] aí eu entrei no Congo pra mim, assim sabe encontrar uma família [...] Aí por conta disso que hoje eu vivo né por conta nós somos uma família [...] e a família hoje minha é o Congo, o povo do Congo (informação verbal)⁸.

Desse modo, a identidade cultural, de acordo com Saquet e Sposito (2009), efetiva-se em distintas proporções e varia no tempo através das relações sociais, de poder, de circulação e comunicação, da dominação das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e cultural. Assim, Geertz (1989) enfatiza que os sujeitos vivenciam relações sociais, construção de territórios, interações e diferentes atividades cotidianas que se revelam na construção de teias de significados que os sujeitos tecem.

Desafios impostos à cultura popular do congo

Diante de uma sociedade dividida em classes sociais, ou seja, a partir da divisão social do trabalho resultam nas relações de produção e regulam a distribuição dos meios de produção. Para Chauí (2008) expressam as formas sociais de organização direcionadas à produção, essas relações desdobram-se em uma divisão no interior das sociedades. Netto (2007) apresenta que, em razão da divisão social do trabalho e dos meios, a sociedade se extrema entre possuidores e os não detentores dos meios de produção, surgindo a classe dominante e a classe dominada. De acordo com Marx e Engels (1998), o Estado representa os interesses da classe dominante e cria inúmeros aparatos, mantendo a estrutura de produção.

Esses aparatos de infraestrutura condicionam o desenvolvimento de ideologias e normas reguladoras, sejam elas políticas, religiosas, culturais ou econômicas, assegurando os interesses dos proprietários dos meios de produção. Desse modo, a sociedade de classes institui a divisão cultural. Este termo, conforme Chauí (2008) possui várias denominações: cultura dominada e cultura dominante, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Independente do termo utilizado, o que se evidencia é uma divisão no interior

⁷ Entrevista concedida por CASACA, Som da. **Entrevista II**. [abr. 2015]. Entrevistador: Ariele Azevedo da Silva. Vitória, 2015. 2 arquivos. mp3 (25 min.).

⁸ Entrevista concedida por CHOCALHO, Som do. **Entrevista III**. [abr. 2015]. Entrevistador: Leonardo Barcelos Vieira. Vitória, 2015. 3 arquivos. mp3 (30 min.).

da cultura entre aquilo que se convencionou chamar de cultura formal, ou seja, a cultura letrada, e a cultura popular, definida como uma manifestação cultural em que o povo produz e participa de forma ativa.

A cultura popular ao longo das épocas, aponta Chaui (2008) recebeu três tratamentos principais: no romantismo do século XIX, como cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou aquela que exprime o espírito do povo; outro vindo da Revolução Francesa, no século XVIII, considera cultura popular vinculada à tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo; e o último originário dos populismos do século XX mistura a visão romântica e a iluminista, mantendo a ideia de que a cultura feita pelo povo é verdadeira, e a visão iluminista mantém a ideia de que essa cultura, por ser feita pelo povo, tende a ser tradicional e atrasada com relação ao seu tempo, precisando atualizar-se, de uma ação pedagógica, realizada pelo Estado ou por ação política.

A partir do exposto acima e da compreensão de que o congo é caracterizado como uma manifestação cultural de forte identitário popular, logo enfrenta desafios a sua efetivação. Gramsci (1982) compreende que a cultura popular provém do processo histórico das classes subalternas (não detentores dos meios de produção), no qual trata do conceito de hegemonia e cultura dentro de um sistema de força. O autor evidencia que a hegemonia dominante exerce força sobre as classes subalternas e, conseqüentemente, sobre a cultura popular. As dificuldades vivenciadas pelos integrantes da Banda de Congo Amores da Lua, analisadas a partir da consciência crítica de Gramsci, direciona a compreensão desses desafios, compreendidos, em consonância com Netto (2007), dentro de relações de forças e de grupos sociais distintos que expressam suas ideologias por meios de ações concretas.

Em 2014, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) registrou a existência de três bandas de congo na cidade de Vitória, dentre elas a Amores da Lua. No entanto, o município não possui Associação de Bandas de Congo, e este espaço objetivaria a promoção à medida que proporciona condições necessárias à produção e reprodução cultural das bandas. Sem uma associação, existe uma desvalorização deste movimento social, “onde tem associação é mais valorizado” (informação verbal)⁹. Ocorre ainda o escasso diálogo com a Comissão Espírito-Santense de Folclore, instituição voltada ao fortalecimento das tradições populares do Espírito

⁹ Entrevista concedida por CUÍCA, Som da. **Entrevista IV**. [abr. 2015]. Entrevistador: Ariele Azevedo da Silva. Vitória, 2015. 4 arquivos. mp3 (30 min.).

Santo: “é mínima, é mínima porque eles não dão suporte, quando a gente precisa é uma luta” (informação verbal)¹⁰.

Os conguistas afirmam que as gestões municipal e estadual dão pouco incentivo à cultura popular do congo, com investimentos insuficientes para a realização das atividades, bem como a manutenção da banda. No entanto, os recursos são significativos quando destinados às outras expressões culturais, por exemplo, as festas municipais e o carnaval. De acordo com a assessoria de Comunicação da Secretária de Estado de Turismo (SETUR, 2016), o Governo do Estado e a Liga Espírito-Santense das Escolas de Samba (LIESES), por meio da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), firmaram um convênio que prevê o repasse de R\$ 550 mil a 14 escolas de samba, sendo que a SETUR vai destinar o valor de R\$ 200 mil e o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) o valor de R\$ 350 mil. Retomando o conceito de Gramsci (1982) sobre hegemonia e cultura, percebe-se que há uma prevalência cultural, não significando que uma determinada cultura é superior, mas que é seguida pela maioria da sociedade, como observado:

A prefeitura não ajuda a gente em nada. Muita gente pensa que a gente é ajudado, a gente não é ajudado em nada, nada, nada. Então eles tinham que passar e olhar mais pra cultura, né. Às vezes tem outras culturas que eles olham, mas a banda de congo que eles têm que ajudar mesmo, coisas mais antigas, eles não ajudam (informação verbal)¹¹.

Em virtude dessas questões, as manifestações culturais e cortejos religiosos em homenagem aos santos e padroeiros, bem como a manutenção e/ou compra dos instrumentos até a confecção das indumentárias, são resultantes do empenho dos integrantes e da comunidade local, como observado na fala do conguista:

A gente gosta de manter e preservar. É muito difícil, não é fácil. Tem gastos, tem sapatos, tem saia. Porque eu acho que vocês sabem que nem tudo aquilo vai durar o resto da vida, [...] juntamos todos os nossos cachês, a pessoa trata comigo e, desse dinheiro, a gente vai juntando em uma conta e, quando chega em dezembro, que é a maior preocupação da minha vida, que são os festejos de São Benedito. Eu quero dar o melhor para minha banda e para minha comunidade para sair com uma saia

¹⁰ Ibid., 2015, p. 11.

¹¹ Entrevista concedida por TRIÂNGULO, Som do. **Entrevista V.** [abr. 2015]. Entrevistador: Leonardo Barcelos Vieira. Vitória, 2015. 5 arquivos. mp3 (30 min.).

melhorzinha, uma sapatilha melhor, uma coroa, uma faixa, um estandarte novo (informação verbal)¹².

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico 2010, evidenciou que o estado do Espírito Santo possui uma população de 3.514.952 habitantes, distribuídos numa área de 46.089,390 km², num total de 78 municípios. Apesar do tamanho territorial e populacional do estado, consideram-se a panela de barro, a moqueca capixaba ou a comunidade tradicional pomerana em Santa Maria de Jetibá como referências culturais. Concordamos com tal afirmação, no entanto, como destaca Neves (2011), o Espírito Santo possui diversas manifestações culturais na forma de danças e folguedos populares como: o Alardo, Bate Flechas, Boi Pintadinho, Folia de Reis, Jongo, Pastorinhas, Reis de Bois, Ticumbi, oriundos de povos nativos e quilombolas, dentre outros.

A partir do exposto, entendemos que o desconhecimento dessas riquezas culturais, com efeito no congo, resulta na intolerância à diferença, à diversidade e em relações de exploração/opressão: credo, classe social e etnia/raça. Segundo Chaui (2008), os conflitos e antagonismo de classes sociais são fundantes da sociedade, mediados e constituídos por outras relações sociais de desigualdades, que produzem e reproduzem discriminações, preconceitos, violências e violações de direitos.

Portanto, compreendemos que o congo enfrenta desafios econômicos, políticos, ideológicos, sociais e culturais, pois remete a um conjunto de aspectos fortemente ligados entre si e por grupos que carregam e defendem as diferenças étnicas e culturais, em detrimento à cultura popular do congo, descrito por Rocha (1980), revelando forte identitário étnico, de demarcação territorial, sociocultural, religiosa e de traços corporais negros e/ou nativos.

Outra questão evidenciada é a insuficiente articulação entre as instâncias do poder público: federal, municipal e estadual, que dentre as diversas competências, está a formulação de políticas culturais públicas, articuladas contemplando as várias dimensões da vida cultural sem preconceitos sociais e étnico/racial, com o intuito da defesa do direito à cultura, da pluralidade e das manifestações culturais. Dessa forma, é necessária a formulação de políticas públicas culturais que almejem a promoção e resistência do Congo, em virtude da sua

¹² Entrevista concedida por CASACA, Som da. **Entrevista IV**. [abr. 2015]. Entrevistador: Ariele Azevedo da Silva. Vitória, 2015. 6 arquivos. mp3 (25 min.).

importância cultural na formação social do estado e por ser uma cultura exclusivamente capixaba.

Aproximações do Serviço Social com a cultura popular

Para Freitas (2007), os trabalhos de educação popular surgem vinculados aos setores populares no período de intensos processos de discussão, análise e reflexão. E, então, potencializa os processos de conscientização e participação destas pessoas que passam a entender dentro de uma perspectiva histórico-social crítica às razões e os porquês delas estarem vivendo em tais condições desumanas e de exploração. Nessa perspectiva, é fundamental destacar uma educação que vise a formação de sujeitos críticos, contrária a essa ideologia que a população excluída vivencia no cotidiano. Uma educação que busque intensificar a luta coletiva pela emancipação humana e que valorize a cultura popular que são campos presentes na atuação dos/as assistentes sociais. Discorrer sobre educação popular é falar, impreterivelmente, do legado do educador Paulo Freire:

A Educação popular constitui um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire, especificamente nos anos de 1960, visando a contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social (MACHADO; SANTOS; SOARES, 2014, p. 339).

Os processos de mobilização, organização e resistência se constituem como atribuições da educação popular. Em vista disso, é fundamental articular a temática da educação popular e suas relações com o serviço social. Partimos do ponto de vista que ambos fomentam a participação dos sujeitos nas relações sociais na condição de protagonistas e almejam um novo sistema societário, livre das opressões impostas pela sociedade do capital (BALDI; DURIGUETO, 2012).

Maciel (2011) diz que os aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja Católica, o partido comunista, os movimentos sociais, a União Nacional dos Estudantes (UNE), foram pertinentes ao desenvolvimento da cultura e educação popular. A autora destaca que estudos da área nos mostram que, até 1964, a relação entre os governos progressistas e movimentos populares era propriamente de colaboração na educação popular.

No período da ditadura militar (1964-1984), os movimentos sociais eram silenciados pela imposição da força e violência. No entanto, nessa realidade desfavorável, a participação popular adquiriu contornos críticos que, conforme Abreu e Cardoso (2009) situam-se nesse contexto como elemento estratégico no processo de redefinição profissional na perspectiva das lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial, e da democratização da sociedade brasileira.

A partir dos anos 1990, o país vivenciou o contexto da ideologia neoliberal, da lógica do mercado como regulador das relações econômicas e sociais (MACIEL, 2011). Na década de 1990, há, segundo Gohn (1997, p. 301), “um conjunto enorme de profundas operações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar na sociedade civil”, portanto,

A relação, o Estado e os movimentos sociais vão se reconfigurando, uma vez que o Estado neoliberal, a partir da ideologia difundida, vem numa tentativa de consolidar e legitimar os movimentos sociais organizados que caracteriza a formação brasileira para os trabalhadores, enfraquecendo os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, que representam suas reais necessidades (MACIEL, 2011, p. 336).

A educação popular caracteriza-se como modelos educativos que visam contribuir ao processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais. Dessa forma, se constitui em estratégias de intervenção profissional dos/as assistentes sociais em diversos campos de atuação, seja os que atuam nas comunidades, organização e mobilização popular, principalmente nas Organizações não Governamentais (ONGs) articuladas aos movimentos sociais. Esses espaços constituíram-se como "abrigos" a partir da ditadura militar (1964-1984), e a educação popular passou a ser considerada como uma prática educativa subversiva.

A aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire se dá no processo de reconceitualização da profissão, caracterizado pelo movimento em que os/as assistentes sociais começam a compreender as amarras do Serviço Social tradicional e iniciam um processo de ruptura. Machado (2012) retrata que o método que surgiu em Belo Horizonte (MG) entre 1972 e 1975, o "método de BH", foi incorporado à doutrina freireana e destaca-se como um processo significativo para a construção da “intenção de ruptura”, objetivando que a profissão adquirisse um caráter libertador e uma visão crítica a respeito das relações sociais, ou seja, da dinâmica social presente na sociedade capitalista. Desse modo, Faustini (2004), a partir de

dados obtidos em pesquisa de doutorado, evidencia que na influência de Paulo Freire no serviço social aparece em expressões como:

(1) buscar com o outro, ouvindo-o e conhecendo-o em sua lógica e sua Historicidade; (2) informação por informação não educa; (3) consciência ingênua e consciência crítica; (4) aspecto dialogal da prática; (5) valorizar o saber já construído e ir construindo novos saberes; (6) Utopia como um sonho a ser realizado.

As ideias dos autores utilizadas pelo Serviço Social denotam um comprometimento da profissão a uma prática dialética a partir de um processo educativo na sociedade, à medida que rompe com o conservadorismo existente por tantos anos na profissão, em busca de uma nova cultura profissional pautada pela democracia. No entanto, ainda é incipiente a produção teórica entre serviço social e educação popular.

Em pesquisa realizada desde 2011 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a produção teórica em nível nacional que articula o serviço social e a educação popular entre os anos de 1980-2010, observa-se que a temática tem sido pouco estudada na área do serviço social:

1º) No que se refere ao gênero dos(as) autores(as), a maioria da produção advém de mulheres; 2º) A produção teórica tem se mostrado incipiente, visto que, apesar de investigarmos 66 instituições e vários sites e bibliotecas, só encontramos 41; 3º) Desse total, a maioria foi publicada na década atual; 4º) Encontramos 9 publicações de livros e 1 publicação de capítulo de livro na área de Serviço Social que apontam ou abordam o tema da educação popular; 5º) Ademais, a pesquisa revelou 2 teses de doutorado, 6 dissertações de mestrados e 2 monografias de graduação; 6º) E a maioria das produções foi publicada na cidade de São Paulo (MACHADO; SANTOS; SOARES; 2014, p. 345).

Através dos resultados da pesquisa do GEPEDUPSS é possível observar que a maioria das produções teóricas que articulam serviço social ao tema da educação popular provém de mulheres. Apesar disso, a produção tem demonstrado incipiente, uma vez que, em três anos de investigação, somente 41 produções foram encontradas. Portanto, refletir sobre a educação popular na contemporaneidade é retomar a defesa de um projeto societário que valorize a emancipação humana, sobre as classes subalternas, que são exploradas e oprimidas pelo capital e suas ideologias de dominação. O Código de Ética do/a assistente social (1993) remete o agir profissional ao reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes à autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Serviço Social e direitos culturais: as possibilidades de inserção do/a assistente social na cultura popular do congo

Os experimentos de políticas culturais no Brasil têm sua trajetória definidos por tradições e grandes desafios, que segundo Rubim (2012) são compreendidos em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade, que ainda repercutem na agenda político-cultural contemporânea brasileira. Conforme Rubim (2012), analisamos as políticas culturais a partir do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), posterior de Fernando Henrique Cardoso. No governo de Lula, as políticas culturais assumiram um caráter de fortalecimento, além do aumento orçamentário e um novo direcionamento político que se iniciaram a partir das gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008 em diante) no Ministério da Cultura (MinC), com forte presença do Estado na formulação de políticas de cultura que, segundo Rubim (2013), se opõem completamente à gestão FHC e sua política de ausência do Estado, com sua substituição e submissão ao mercado. A atuação do Estado se concretizou em inúmeras áreas culturais com a participação da sociedade, pois, inaugurar políticas culturais nos moldes democráticos foi obviamente posto na agenda do ministério.

A ampliação do conceito de cultura é outro destaque dos discursos programáticos ministerial, representado por um conceito antropológico de cultura, dessa maneira, expandindo o alcance das ações do MINC além da cultura culta (em geral: artes e patrimônio) e inaugurando outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das mídias; das redes informáticas; das periferias etc. É necessário compreender a cultura como um direito social, de forma universal, acessível e descentralizada, voltada ao desenvolvimento social e garantindo, assim, cidadania através da consolidação e ampliação dos direitos culturais. Conforme Pestana (2011, p. 90):

[...] a cultura não [deve ser entendida] como um elemento exterior à sociedade, de modo a completá-la, tampouco reduzida às manifestações artísticas, embora seja esta uma de suas dimensões, ou apenas como representação de determinado período histórico ou sociedade, mas sim como todas as manifestações dos homens relativas à práxis social.

Assim, a busca da democratização das políticas culturais, bem como o processo de construção de políticas públicas em debate e deliberação com a sociedade, foi decorrente da expansão de seminários, câmaras setoriais, inclusive na Conferência Nacional de Cultura e os debates sobre temas das políticas culturais, pois:

[...] o desafio de construir políticas de cultura em um ambiente democrático não é enfrentado de qualquer modo, mas através do acionamento da sociedade civil e dos agentes culturais na conformação de políticas públicas e democráticas de cultura (RUBIM, 2013, p. 234).

As políticas públicas, como base democrática, viabilizam as políticas de Estado, que extrapolam as ações governamentais, construindo no campo cultural políticas nacionais mais permanentes. Com isso, dois movimentos assumem lugar primordial na construção de políticas de Estado no campo cultural: a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC)¹³ que

[...] é, sem dúvida, o instrumento mais eficaz para responder a esses desafios através de uma gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade, seja integrando os três níveis de governo para uma atuação pactuada, planejada e complementar, seja democratizando os processos decisórios intra e intergovernos e, principalmente, garantindo a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada (MINC, 2011, p. 10).

O SNC visa reordenar a política de cultura tornando-a acessível, democratizá-la, e descentralizá-la com a centralidade e responsabilidade do Estado no investimento e manutenção de equipamentos socioculturais em regiões com ausência de serviços, projetos e programas culturais, como: teatros, cinemas, museus, bibliotecas, galerias, políticas públicas entre outros. Tais mudanças estão em consonância com o Plano Nacional de Cultura (PNC)¹⁴, uma vez que esse mecanismo, para Carvalho *et al* (2009, p. 07)

[...] tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira [...]. Com o objetivo principal de fortalecer a instituição e definir políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura.

De acordo com Rubim (2013), a construção desses sistemas se dá pelo ministério, em parcerias com estados, municípios e sociedade civil, a implantação de um Sistema Nacional de Cultura é essencial para a consolidação e estruturação de políticas culturais, viabilizando a criação de programas culturais de médios e longos prazos, não subordinados às condições sociais vigentes.

¹³ É um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº

¹⁴ 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional 48/2005 e, posteriormente, a elaboração do PNC e sua aprovação pelo Congresso Nacional em 2010, apontaram a superação da tradição de instabilidade e descontinuidade no campo da cultura, a partir da articulação entre SNC e o PNC. Ainda dois outros fatores têm significativa importância na construção institucional ministerial: o primeiro é a expansão dos recursos destinados à cultura por meio da renúncia fiscal e do orçamento do ministério (de 0,14%, em 2003, para cerca de 1,00%); o segundo é a continuidade, com a reeleição de Lula, da mesma equipe à frente do Ministério da Cultura.

Assim, a inserção do/a assistente social na política cultural é potencializada a partir da institucionalização do SNC e PNC, tornando-se um desafio à categoria profissional, devido a dois principais motivos: a cultura como direito e a ampliação dos campos de inserção do profissional, uma vez que:

A relação entre o Serviço Social e cultura é pouco reconhecida pelos profissionais e pelo Estado, este, pouco discute a importância e ligação do Serviço Social com a cultura, já que o assistente social em sua prática profissional elabora, coordena, executa programas e projetos que venham viabilizar os direitos culturais dos cidadãos, partindo de uma ação conjunta entre os assistentes sociais e a comunidade (CUNHA *et al*, 2012, p. 01).

De acordo com Iamamoto (2005), o Serviço Social objetiva a efetivação de direitos, da cidadania, da participação, da emancipação e da independência dos sujeitos, expressando-se nas principais competências¹⁵ e princípios éticos¹⁶ do/a assistente social no seu processo de trabalho: formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais e planejar, organizar e administrar benefícios e serviços etc.

Os processos de trabalho se materializam nas políticas sociais, no cotidiano das relações sociais e na melhoria da qualidade de vida dos (as) usuários (as) dos serviços, tanto na execução quanto na formulação e planejamento de políticas sociais públicas. De acordo com Silva (2007), é na efetivação de direitos que o sujeito interfere e modifica suas relações

¹⁵ Versão atual pela Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993.

¹⁶ Estes princípios são prescritos no Código de Ética da Profissão: compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

sociais, o seu modo de existir, estabelecendo novas formas de ocupar espaços, emancipando-se na direção da cidadania.

A efetivação das políticas culturais em equipamentos socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência, necessita de uma articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ou seja, o/a assistente social deve dominar as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões são interligadas, interdependentes e se complementam, e visam a superar a despolitização e fragmentação no exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2005), este processo de trabalho e conhecimento não se encerra no âmbito acadêmico, mas se prolonga no exercício profissional, como apontado por Cunha *et al* (2012, p. 03)

[...] ao longo dos anos o campo cultural vem despertando grande interesse teórico para os profissionais do Serviço Social, não só pelo fato da cultura ser vista como um direito social, mas também, por que este profissional irá lidar com as mais diversas expressões culturais, e para essa demanda nessa área os profissionais devem estar bem preparados, com os seus instrumentos bem definidos.

Portanto, o/a assistente social, a partir de aparatos normativos legais como: código de ética, da lei de regulamentação da profissão e através de suas capacidades reflexivas, desenvolve possibilidades que podem se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, com destaque: elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional, com especial destaque, às políticas culturais; contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as e as comunidades nos programas, projetos e serviços da política de cultura; construir estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades socioculturais dos usuários da política e assessorar os movimentos socioculturais na identificação de suas demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para a defesa e acesso aos direitos culturais etc., (CFESS, 2011).

A efetivação dessas competências e atribuições necessita o uso de instrumentais adequados a cada conjuntura social a ser enfrentada profissionalmente. A delimitação das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo/a próprio/a profissional, que possui o direito de organizar seu trabalho com autonomia. Assim, em consonância com as demandas específicas de cada realidade em que atua, o/a assistente social desenvolve possibilidades de intervenção na área cultural.

À guisa das considerações finais

Durante a realização deste trabalho, assumimos o objetivo de buscar a relação entre o serviço social e direitos culturais, com as possibilidades de inserção dos/as assistentes sociais nas manifestações culturais, a exemplo do Congo. Consideramos que os direitos culturais nessa perspectiva assumem um papel na efetivação da cidadania, logo, o exercício de tais direitos é a manifestação da liberdade e da dignidade da pessoa humana que constituem a base do Estado Democrático de Direito. Portanto, os sujeitos motivos de exploração/opressão/violência e discriminação têm seus direitos negados e não exercem a cidadania de forma plena.

Nessa perspectiva esse artigo resgata sobre espaços em construção referentes à cultura popular, visto que a efetivação das políticas culturais em equipamentos socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência, favorecem a cultura popular. Pois a atuação dos/as assistentes sociais, estão relacionadas com os processos de mobilização e organização popular, uma vez que, é na intervenção que residem as possibilidades dos/as assistentes sociais influenciarem criticamente para o fortalecimento da cultura, apesar das significativas contribuições, este campo de atuação é marcado por muitos desafios.

Os dados mostram que os integrantes da Banda de Congo Amores da Lua deparam-se com desafios, como o não reconhecimento de seus valores e costumes pela sociedade, constituindo em uma grande ameaça às manifestações culturais e religiosas da banda. Esta situação é agravada pela negligência dos entes públicos, pois o Estado representa os interesses e ideologias dominantes e reproduz, de acordo com seus agentes, as desigualdades culturais. No entanto, os resultados atestam a nossa hipótese a respeito da inserção do/a assistente social no campo dos direitos culturais, como um agente viabilizador dos direitos culturais e da cidadania.

Para a construção desses espaços ocupacionais de atuação profissional enraizado no processo histórico e apoiado em valores e princípios democráticos, é essencial uma mobilização de atores que comungam dos mesmos ideais, pois a sociedade reflete vários conflitos e interesses. O termo cultura é apresentado nesta pesquisa de maneira totalizante, abrangendo desde a cultura elitizada até as manifestações populares e periféricas, pois esta é o entendimento atual, fruto de uma concepção política e ideológica que se instaurou no governo

Lula, refletindo em um Ministério da Cultura que buscou valorizar as diversas manifestações culturais.

Atualmente existe uma retirada progressiva de direitos, aspecto do projeto neoliberal com sua concepção excludente e elitista. Evidencia-se a necessidade progressiva de criar estratégias que visem enfrentar as desigualdades socioculturais e econômicas geradas no centro do sistema capitalista. É fundamental refletir no coletivo sobre a atual conjuntura, que visam à redução dos direitos conquistados, como também os impactos no trabalho profissional, pois todo retrocesso atingem a população usuária e os campos nos quais os/as assistentes sociais estão e/ou podem ser inseridos. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm se manifestado contra a regressão de direitos, através de notas públicas, manifestações nas ruas, juntando-se aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora em luta.

O exercício profissional no atual contexto pressupõe por meio dos parâmetros que nos orientam uma direção política embasada nos princípios éticos fundamentais da profissão, o Código de Ética do/a assistente social, em especial, no tocante a sua expressão no projeto ético-político da profissão, firmado em 1993. O referido Código é uma ferramenta histórica de relevância profissional que articula nacionalmente valores fundamentais ao exercício da profissão, pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, sendo a cultura uma temática fundamental.

No processo de construção desta pesquisa, nos deparamos com a limitada literatura a respeito da temática, refletindo na escassa produção de pesquisas e estudos na área. Portanto, este estudo visou contribuir para a discussão que auxiliem para o aprofundamento da relação entre o serviço social e os direitos culturais, pois, devemos caminhar com um posicionamento ético político contrário à dinâmica do capitalismo, pois os direitos conquistados correm risco, e há muito a prosseguir.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

_____. Ministério da Cultura. Estrutura, **Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília: MINC, 2011.

CARVALHO, Izan Yver Nascimento de *et al.* Plano Nacional de Cultura: cultura e sua diversidade no âmbito das políticas públicas. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**, 2009, São Luís.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. Ed. rev. e atual. - Brasília, 2011.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

CUNHA, Laís Souza da *et al.* A Atuação do Assistente Social na Cultura Popular Brasileira. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social**, 2012, Córdoba.

DANUTA, Estrufika Cantóia Luiz; REIDY, Rolim de Moura. **A Categoria Sujeitos: concepções e desafios no contexto brasileiro**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 31 - 46, jan. /jun. 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: Memória, tempo, identidades**. 2 Ed, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

DURIGUETO, Maria Lúcia; BALDI, Luís Agostinho de Paula. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. Revista. Katál, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

ESPÍRITO SANTO. Lei 10.363, de 06 de maio de 2015. **Declara as Bandas de Congo patrimônio imaterial do Estado**. A PRESIDENCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, p.1-20, maio. 2015. Disponível em: <<http://dio.es.gov.br/busca/#/p=2&q=%22patrimonio%20imaterial%22&di=20150101&df=20151231&f=true>>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. Secretaria de Estado de Turismo. **Governo do ES apoia escolas de samba capixabas**. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Noticia/governo-do-es-apoia-escolas-de-samba-capixabas>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FREITAS, Maria. Fátima. Quintal. **Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização**: intersecções na vida cotidiana. Educar em Revista, Curitiba, nº. 29, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira S.A. RJ. 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social a contemporaneidade**: trabalho formação profissional – 9.ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/24P>. Acesso em: 22 maio 2016.

MACHADO, Aline. Maria Batista. **Serviço Social e educação popular**: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

_____, Aline. Maria Batista; SANTOS Ana Carla; SOARES Elaila Andrius de Moraes Soares. **Serviço Social e educação popular**: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980-2010 no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 337 - 354, jul./dez. 2014.

MACIEL, Karem de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. v. 2. Viçosa, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Estud. av. [online]. 1998, vol.12, n.34, pp.7-46.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação V. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

NEVES, Luís Guilherme dos Santos. **Bandas de Congo, Cadernos de Folclores, nº 30**, Rio de Janeiro, Ed. FUNARTE, 1980, p.3.

_____. **Breviário do folclore capixaba**. Vitória: Cultura e Edições - Tertúlia, 2011. 48 p.; 21 cm. (Coleção Memória Capixaba; nº 2).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada em 10 de dezembro de 1948.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: REVISTA Em Pauta, [2007]. 134-170 p. v. 19. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>>. Acesso em: 09 maio 2016.

PESTANA, Aretha Bley. **Cultura como Prática de Cidadania**: uma perspectiva ampliada do conceito. In: Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, n. 2, p. 85-103, JAN./ JUN. 2011.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Revista Continente; Brasília: INL, 1980.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Panorama das políticas culturais no Brasil: práticas e análises**. 1.ed. – Salvador: Secretária de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012. 82p. (Coleção cultura é o quê?, v.6).

_____. Políticas Culturais do Governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais** Lusophone Journal of Cultural Studies. Vol. 1, n.1, pp. 224-242, 2013.

SILVA, Maria Guimarães da. **Processo de trabalho e Serviço Social** - InterAÇÕES - Cultura e Comunidade / v. 2 n. 2 / p. 35-47 / 2007.

SAQUET, Aurélio, Marcos; SPOSITO Savério, Eliseu. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368 p.

TOLENTINO. Átila Bezerra. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>>. Acessado em: 29 ago, 2016.